



A DESIGUALDADE ESCOLAR EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

SCHOOL INEQUALITY IN TIMES OF NEOLIBERALISM

Juliana da Silva Santos MACHADO¹
Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: juhwa@discente.ufg.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5835-494X>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo trazer uma breve reflexão sobre a desigualdade escolar a partir das influências do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras. Para a discussão, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica, embasando-se em Patto (2007; 2017), Apple (2003), Resende e Miranda (2016) e Miranda (2016; 2020). Verificou-se que as perspectivas neoliberais se intensificaram na educação brasileira a partir da década de 1990. A reforma do novo ensino médio é um exemplo desses desdobramentos, que concebe a escola como um espaço de qualificação técnica, com um ensino básico e um currículo mínimo, suficiente para atender as demandas do mercado.

Palavras-chave: Desigualdade escolar. Neoliberalismo. Escola pública.

ABSTRACT

This article aims to offer a brief reflection on school inequality based on the influences of neoliberalism on Brazilian educational policies. For this discussion, we used the methodology of bibliographic research, drawing on Patto (2007; 2017), Apple (2003), Resende and Miranda (2016), and Miranda (2016; 2020). It was found that neoliberal perspectives intensified in Brazilian education from the 1990s onwards. The reform of the new secondary education system is an example of these developments, which conceives of the school as a space for technical qualification, with basic education and a minimum curriculum sufficient to meet market demands.

¹ Professora da rede pública municipal de educação, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE - UFG. E-mail: juhwa@discente.ufg.br

Keywords: Educational inequality. Neoliberalism. Public school.

INTRODUÇÃO

A escola constitui e é constituída pela sociedade, numa relação intrínseca e indissociável. Por isso, pensar nas desigualdades educacionais implica pensar também nas desigualdades sociais. O problema da má qualidade da educação pública brasileira não é novo, é um tema amplamente discutido por diversos autores principalmente a partir da década de 1980. As pesquisas apontam ao longo do movimento da história, vários aspectos que colaboram para a reprodução e manutenção desse cenário. Se apresentam desde ordens políticas, econômicas, sociais, culturais, até as pedagógicas e psicológicas. Mas por que não é possível promover a igualdade no ensino? Por que a qualidade da educação está sendo colocada à margem cada vez mais? Pensando sob a perspectiva de um ensino que valorize os aspectos intelectuais, críticos, da autonomia e da formação humana, quais os interesses da política neoliberal na manutenção e reprodução dessas desigualdades educacionais?

São questões amplas, que exigem respostas cuidadosas, igualmente complexas às suas perguntas, pois como dito anteriormente, a escola não é isolada da sociedade. Por isso, embasando-se nos estudos realizados por Patto (2007, 2017, 2022), Apple (2003), Resende e Miranda (2016), Miranda (2020, 2016) e outros autores, que trabalham sobre as influências do neoliberalismo na educação, tentaremos explicar essa temática a fim de construir uma reflexão que possa explicitar os aspectos que não permitem avanços significativos para o alcance de uma educação pública de qualidade. Uma educação que vislumbre ações e reformas para além de interesses externos à escola, uma prática pedagógica diferente da recorrente, na qual enfatiza a igualdade de oportunidades aos cidadãos, delegando-os à responsabilidade pela sua trajetória escolar.

Assim, este trabalho tem como tema principal as desigualdades educacionais em tempos de neoliberalismo, em que será discutido sobre a qualidade do ensino ofertado na escola pública sob a influência das políticas neoliberais. Buscando trazer algumas reflexões sobre os desafios e as possibilidades das instituições de ensino públicas no país.

É notável que nos dias atuais, a política econômica neoliberalista tem aprofundado cada vez mais as relações de desigualdades sociais. Unindo-se a um conservadorismo cada vez mais evidente, que defende esse sistema que oprime e suprime os direitos dos trabalhadores, e combate com violência e autoritarismo movimentos sociais contrários a essa lógica.

Para entender melhor como essa nova face do capitalismo se desenvolve na sociedade, trazemos algumas breves considerações sobre como o neoliberalismo se movimentou historicamente, e como foi transformando as relações políticas e econômicas na sociedade capitalista, constituindo e aprofundando a base material para as desigualdades presentes na sociedade atual.

Miranda (2020) discute o liberalismo em linhas gerais como uma ideia moderna sobre o princípio da liberdade “sobretudo na liberdade do indivíduo, no preceito da igualdade de direitos, e na defesa do direito à propriedade privada” (p. 3). Segundo os estudos realizados pela autora, o liberalismo trata de princípios abstratos como a igualdade e a liberdade, que teve sua dimensão filosófica principalmente com o ideário revolucionista francês no século XVIII, e sua dimensão econômica a partir de Adam Smith um de seus principais precursores.

Em seu livro *A era das revoluções*, Hobsbawm (2015) trata com maior profundidade esse contexto, e denomina-o como uma “dupla revolução” trazendo a revolução francesa como uma revolução política encabeçada pela burguesia com os ideais liberdade, igualdade e fraternidade. E por outro lado a revolução industrial britânica, de viés econômico. Nesse contexto de crescente industrialização e de urbanização que produz desigualdades, a vida ao redor das fábricas evidencia um cotidiano cercado de violências e desigualdades.

Nesse contexto do pós segunda guerra mundial, a máxima de muitos estados sociais democráticos era a valorização do crescimento econômico e o estado de bem-estar social de seus cidadãos Miranda (2020). Porém, devido ao surgimento de problemas como, desemprego e a inflação em alta, o liberalismo enfrenta uma crise. Então, a partir de 1960, com receio das investidas de governos socialistas de intervenção no controle estatal para a garantia do bem-estar social, as elites econômicas articulam medidas, em uma reunião que ficou conhecida como Consenso

de Washington que culminaria no início do ideário neoliberal, como uma alternativa para a crise liberal.

É importante entender como esses princípios neoliberais são consolidados nesse contexto, que acertado por intelectuais e economistas embasou o estabelecimento do Consenso de Washington no final da década de 1980. Foi em Genebra, na Suíça, que aconteceu a Mont Pèlerin Society no ano de 1947, um de seus principais organizadores foi o economista Friedrich Hayek. As proposições debatidas não se situam somente no campo econômico, mas também em discursos intelectuais que foram difundidas posteriormente em nas universidades, assim como confirmam os autores (Tedesco, *et al*, 2024, p.5).

Mont Pèlerin Society em 1947 transcende a postulação de máximas econômicas, e envolve também a prescrição de valores intelectuais específicos (o apoliticismo manifesto, a interdisciplinaridade, as formações heterodoxas que se aproximam do mercado e se distanciam do modelo escolástico tradicional e, sobretudo, a associação do ethos do economista com o do cientista natural, supostamente imaculado pelas tensões prosaicas do mundo universitário).

Um importante exemplo de desdobramentos dessas articulações, foi a violenta experiência vivenciada no Chile na década de 1970. A partir de um golpe de estado apoiado pelos Estados Unidos e elites chilenas, um grupo de economistas da Universidade de Chicago conhecido como “Chicago Boys” iniciou uma série de reformas econômicas e políticas no país. Dentre essas medidas, estavam principalmente a privatização de estatais, abertura para investimentos estrangeiros sem regulações, exploração dos recursos naturais, e repressão violenta contra os movimentos sociais (Miranda, 2020).

Esse “experimento” serviu para mostrar que o neoliberalismo pode dar bons resultados ao mercado financeiro, principalmente em governos autoritários. A partir desse contexto, o neoliberalismo funcionou em seu início como um projeto político econômico comprometido com as “classes capitalistas que paralelamente, promoveu a desregulamentação de todos os setores, favorecendo a hegemonia financeira, ao mesmo tempo que assegurou medidas protetoras para os negócios e investimentos” (Miranda, 2020, p. 6). Atitudes que incidiram diretamente na vida dos trabalhadores, fragilizando seus direitos, abrindo caminho para o aprofundamento da exploração da força de trabalho. Nas palavras da autora o neoliberalismo trabalha como uma

[...] doutrina e uma política econômica fundadas na ideia de que o mercado deve prevalecer sobre todos os setores da vida humana, dos mais universais aos mais particulares. Envolve ideias e práticas que aprofundam a desigualdade econômica e levam à perda de valores e ideais políticos e sociais (Miranda, 2020, p. 6)

Deste modo, é possível compreender que o neoliberalismo é um sistema que defende os interesses do mercado, em que a financeirização é mais importante do que as políticas sociais. Fragilizando assim o sistema democrático de direitos, uma vez que o Estado prioriza defender os interesses econômicos, ao invés das questões sociais. Esse movimento explica o crescente número de partidos de extrema direita sendo eleitos no mundo, uma mistura de interesses de burgueses e conservadores religiosos, que culminam em muita violência e exploração das minorias e da classe de trabalhadores.

É importante destacar que o neoliberalismo não se desenvolve de forma hegemônica, ele atinge os países e os modos de vida de diferentes formas, num movimento denominado “Desigual e Combinado”, que

[...] coloca em curso a produção da extrema riqueza, do desperdício, do esgotamento dos recursos naturais, da deterioração de estruturas de organização e regulação social, da miséria humana e, ao invés de promover a igualdade, retrata a globalização da exclusão de parcelas cada vez mais significativas da população mundial (Resende; Miranda, 2020, p. 31).

Assim, alguns países se desenvolvem e tornam-se cada vez mais poderosos, valendo-se do subdesenvolvimento e exploração de outras nações. É como se em um determinado país, houvesse todo tipo de exploração, principalmente do trabalho e recursos naturais, e em outro o acúmulo de riquezas e o desperdício, um movimento que demonstra que as desigualdades entre os países fortalecem esse sistema.

Nesse mundo globalizado, as estruturas de poder e regulação exercem controle sobre as soberanias nacionais, e controlam as forças produtivas, especialmente em países subdesenvolvidos. Destina recursos às prioridades que lhes convém, incluindo guerras, desempregos e até mesmo orientações às políticas educacionais. Um exemplo de corporações que se inserem nesse movimento são: Banco Mundial, Unesco, Unicef, Fundo Monetário Internacional (FMI), entre várias outras instituições (Resende; Miranda, 2016).

COMO O NEOLIBERALISMO INFLUENCIA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA?

No Brasil as políticas neoliberais se inserem principalmente no contexto das políticas sociais, e reflete seus preceitos nas reformas educacionais desde a década de 1990. Influenciada pela amplitude do discurso sobre a universalização da Educação, advinda principalmente da assinatura da Declaração Mundial de Educação para todos ocorrida em 1990, na Tailândia. Em que sob a ótica do mercado, a educação pode ser uma possibilidade de elevar o nível de desenvolvimento dos países com altos níveis de pobreza e violência.

Esse documento torna-se um importante instrumento de análise quanto às propostas neoliberais manifestadas de forma sutil, em um discurso que parece enfim trazer uma esperança para a qualidade e acesso à educação, principalmente para os mais pobres.

As autoras Resende e Miranda (2016) fazem uma crítica a um termo que é bastante recorrente nesse discurso, e que está presente nos principais documentos de reformas educacionais a partir dessa década. As autoras chamam atenção para a virada retórica da palavra “igualdade” para “equidade”, entendida nesse contexto como um princípio para o desenvolvimento social e econômico das nações.

É questionado neste documento (Unesco, 1990), sobre a intencionalidade da troca dos termos igualdade por equidade, uma vez que dada as condições impostas pelo capitalismo, naturalizar as desigualdades, parece oportuno. A igualdade por mais que seja inerente, no campo filosófico, ao ser humano ela é irrealizável nessa sociedade atual. Portanto, a adoção do termo equidade seria mais adequado para atender as necessidades desses contextos de desigualdade.

Para além de ser a “solução”, a adoção do termo equidade, segundo Resende e Miranda (2016), enfraquece o significado de igualdade, tornando-a uma utopia sem possibilidade de realização, dentro dessa lógica neoliberal. E, principalmente, esconde as verdadeiras contradições que impedem a igualdade na realidade social.

Fortalecidos pelo discurso da universalização da educação como um marco do desenvolvimento dos países no mundo moderno, surge a promessa da educação igual para todos. A equidade é qualificada então como: “igualdade de oportunidades”, em que o esforço pessoal para aproveitar essas oportunidades, é fator primordial para o sucesso das escolhas e oportunidades.

Nessa perspectiva, a igualdade no sentido da emancipação, é submetida e regulada pelo mercado. Segundo as autoras Resende e Miranda (2016), a igualdade não é trivial, antes, é uma complexa relação entre o singular e o universal: Homens e mulheres pertencem à mesma humanidade, mas são constituídos a partir de suas diferenças. E é por meio dessas diferenças que o capitalismo justifica a desigualdade. Difundindo no imaginário popular que sendo pessoas diferentes em nossa própria constituição, não é possível promover de fato uma igualdade. Mas é importante lembrar que o fundamento do capitalismo não é a diferença e sim a desigualdade, sendo assim não é por causa de nossas diferenças que devemos ser tratados como desiguais, ao contrário “[...] a diferença diz da universalidade humana, é anterior e posterior a desigualdade e independe dela” (Resende; Miranda, 2016, p. 37).

Nesse contexto, o discurso da equidade ganha força como uma promessa de diminuir as desigualdades acolhendo as diferenças. Porém essa lógica não revela o real causador das desigualdades, e utiliza a retórica das diferenças para sustentar a ideia de que a igualdade é um mito, quando na realidade “[...] a proteção dos diferentes esconde os desiguais” (Resende; Miranda, 2016, p. 39). Não há nesse contexto lugar para a crítica das condições sociais que aprofundam as desigualdades.

Por isso, fortalecer o discurso da igualdade, ainda que seja uma realidade impossível na sociedade como está posta, é uma importante ferramenta para denunciar a legitimação da desigualdade, e reconhecer as diferenças como parte inerente da condição humana, e não como justificativa para tratar com indiferença a outrem.

Esse discurso tem sido muito presente dentro dos principais documentos que orientam a educação brasileira e é reproduzido diariamente dentro das escolas públicas. Essa reprodução é um tema que precisa ser abordado com mais profundidade, o que não é o objetivo deste trabalho. Mas é preciso entender por que a escola pública se mostra passiva diante desses desdobramentos, por que os professores não conseguem se posicionar de forma crítica a essas imposições.

Um exemplo evidente dessas políticas neoliberais foi a implementação da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que instituiu as escolas de ensino médio de tempo integral, e adequação para a oferta da educação de jovens e adultos no período noturno para aqueles alunos que não conseguem frequentar no horário regular.

Com essa ampliação do tempo de permanência na escola, o currículo escolar também foi reformulado e, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi organizado em percursos formativos em cinco áreas do conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e a formação técnica e profissional.

Essa reorganização fez com que disciplinas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia fossem aglutinadas dentro das ciências humanas e sociais. A partir de 2018 com a aprovação da reforma do novo Ensino Médio, esse cenário tornou-se ainda mais preocupante, pois somente as disciplinas escolares de Língua Portuguesa e Matemática permaneceram como obrigatórias durante os três anos, e as demais disciplinas inseridas nas cinco áreas do conhecimento.

Essa reforma reflete notadamente como a lógica neoliberal influencia diretamente as políticas educacionais no país. Reformas como essas, abrem caminho para uma flexibilização de importantes conhecimentos para uma formação humana e crítica, e para além disso simplifica a profissão docente a um “notório saber”, onde qualquer profissional independente de sua formação possa lecionar essas disciplinas. O currículo passa a ser um espaço de disputa de poder. A autonomia dos professores é questionada, a exploração com alta carga horária de trabalho, pressão psicológica acaba reproduzindo e naturalizando a violência direcionada à escola, o que culmina em uma educação cuja qualidade passa a ser questionada.

Neste contexto neoliberal, a proposta de educação é limitar a escola pública de forma que não seja possível pensar qualquer organização fora dos arranjos da sociedade capitalista. Imputando aos estudantes e professores, princípios mercadológicos como a responsabilidade individual pela sua trajetória de vida, empreendedorismo e meritocracia.

Uma das consequências dessa visão de mundo, é a transferência da responsabilidade do que é público para o setor privado. Conforme argumenta a autora:

Essa realidade impacta a educação sob todos os pontos de vista e tem como resultado mais imediato os processos de mercantilização e de privatização, que incidem direta e indiretamente sobre a educação escolar em todos os níveis de ensino. Isso significa que o princípio de que caberia ao Estado a responsabilidade pela educação pública vai se desfazendo ou, no mínimo, se deslocando para o atendimento

exclusivo das demandas dos muito pobres. Tudo isso implica novas formas de discriminação e aprofundamento de desigualdades sociais, que põem em causa a luta pela defesa da educação, seja ela entendida como educação escolar ou como educação em sua acepção mais ampla, como formação humana (Miranda, 2020, p. 10).

Desta forma, o Estado se responsabiliza por uma parcela da oferta da educação pública, direcionada principalmente às pessoas que se encontram em altos níveis de vulnerabilidade social e econômica, garantindo-lhes uma educação básica, em uma escola mínima, alimentando no imaginário social, a lógica de que tudo que é público é de má qualidade.

A ESCOLA PÚBLICA

O cenário da escola pública nessa esteira, é uma escola que valoriza um ensino técnico, básico, com vistas ao empreendedorismo, individualismo e competitividade. Princípios claros de uma educação voltada para o atendimento das demandas do mercado de trabalho.

Evidentemente que um dos objetivos da educação brasileira é a “qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), mas o que chamamos a atenção neste texto é a diferença existente entre uma educação que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho e o mundo do trabalho. Tomando como referência, a perspectiva de que o trabalho se difere do emprego, é pelo trabalho que o homem é capaz de transformar sua relação com a natureza, e a partir dela imprimir uma forma útil para a vida humana (Marx, 2010).

Ainda sobre a reforma do novo ensino médio, essa reorganização revela o aprofundamento da desigualdade escolar no país em pelo menos dois aspectos: o primeiro em relação aos próprios estudantes da rede pública, em que um grupo poderá estudar regularmente no período integral, e outro grupo terá a oferta da Educação de Jovens e Adultos. E, segundo, em relação aos conteúdos escolares, que na escola pública há a obrigatoriedade pela BNCC de seguir os itinerários formativos e o ensino técnico, enquanto em outras redes de ensino podem ofertar um ensino propedêutico, onde seus estudantes terão bases de conhecimentos mais sólidas, para pensar criticamente e preparar-se para a cidadania.

Assim, essa organização “define” quem vai assumir os postos de poder e melhores condições no futuro, e garante que a maior parcela da população esteja

minimamente preparada para assumir postos de trabalho de acordo com a necessidade e interesse do mercado. Reproduzindo as desigualdades sociais tal como são postas, a partir das desigualdades educacionais.

Partindo da premissa de que a escola está na sociedade, constitui e é constituída por ela, a escola é capaz de resolver os problemas sociais?

Patto (2007) em seu texto "*Escolas cheias, cadeias vazias*", discute sobre a função social da escola e faz uma crítica ao pensamento de que a escola seja redentora, capaz de resolver os problemas.... A autora chama a atenção para um discurso sobre o ensino com "chave assistencialista à guisa de inclusão social" (p. 244) não concebendo a educação como um direito à formação intelectual, fundamentada na práxis reflexiva.

Em seu texto, a autora destaca alguns teóricos na história da educação brasileira na época do Império, mostrando que as concepções de ensino, escola, alunos e professores daquela época, eram de alunos subordinados e professores centralizados e zelosos com a lição. Às massas foi ofertado o ensino profissionalizante, para mantê-los ocupados com o trabalho agrícola, industrial e comercial a fim de não se ocuparem de "teorias utópicas, perigosas e revolucionárias" (Patto, 2007, p. 247).

É notável a partir dos estudos da referida autora e outros pensadores sobre a história da educação brasileira, que a escola pública esteve envolta desde de sua constituição a uma função social relacionada aos pobres. Desde de essa época, havia uma dualidade evidente na concepção do conceito de educação pela sociedade:

Ao mesmo tempo que o motivo declarado para educar o povo era a formação "de uma inteligência instruída e de uma razão esclarecida" – e assim os nossos eruditos sentiam-se em dia com as Luzes –, falava-se, sem embaraço, em "caridade intelectual" como meio de elevar o nível de moralidade dos pobres (Patto, 2007, p. 257).

Assim, estava posto que a principal função da escola era "moralizar os pobres", trazer o conhecimento aos menos favorecidos e prepará-los para o trabalho. O que na prática, se resumia em instituições filantrópicas que assumiam a responsabilidade de lecionar uma "educação prática" para atender aos interesses do mercado de trabalho.

Trazendo esse aspecto histórico da nossa educação, a autora nos revela o quão profunda são as relações de desigualdades educacionais no Brasil. Comparando essas experiências para o contexto atual, percebemos que ainda que tenhamos avançado

historicamente com conquistas significativas, algumas lições ainda não aprendemos, como explicita Patto:

Um dos problemas fundamentais do que se espera da educação escolar hoje é a surdez à experiência histórica, que resulta na repetição de bordões que já se mostraram equivocados. Nesse aspecto, estamos em situação pior do que os planejadores da educação no Império, que pelo menos tinham a seu favor os fatos de que não podiam se valer da experiência histórica acumulada em se tratando de política educacional e não estavam numa república com veleidades democráticas (Patto, 2007, p. 261).

Nesse sentido devemos sempre questionar qual o papel social da educação, e o que é a escola. Ela é um espaço de disputa, mas ela precisa ser para além disso, necessita ser um espaço onde haja o comprometimento profissional docente com o conhecimento formal, para que haja a possibilidade de se construir intelectualmente e criticamente ferramentas para desvelar as contradições sociais advindas da luta de classes, e promover políticas educacionais igualitárias.

QUE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO?

Patto (1998) chama atenção sobre como os discursos do fracasso escolar são produzidos, e suas influências nas políticas educacionais nacionais. Em seu trabalho ela evidencia como as principais revistas e programas de pesquisas sobre a área educacional abordam o tema do fracasso escolar desde a década de 1970. Ela explica que a argumentação parte do que chama de “Discurso fraturado”, uma vez que se embasam em preconceitos e criam e reproduzem estereótipos como a desqualificação dos pobres, para justificar os baixos índices de aprendizagem, repetência e evasão escolar.

De alguma forma, os resultados desses estudos acabam influenciando as políticas educacionais no Brasil, e desde essa época as soluções para a má qualidade do ensino público parecem não surtir efeito algum na realidade escolar. Pois o que continuamos a ver, é uma escola cada vez mais distante de sua função social emancipatória, em que o aluno quando sai dela, seja capaz de ler criticamente o mundo para transformá-lo coletivamente.

A má qualidade do ensino nas escolas públicas, segundo essas pesquisas educacionais, segue a tendência de considerar aspectos externos como: as políticas

econômicas, sociais e culturais. E aspectos internos à escola e ao estudante: o campo pedagógico e questões psicológicas/cognitivas/intelectuais.

Tratando-se dos aspectos internos, quanto à perspectiva pedagógica, há muitas críticas ao ensino positivista pautado na memorização e atividades que não apresentam significado aos estudantes, levando-os a um ensino técnico. Por isso, a grande solução para esse problema seria o investimento em uma formação adequada aos professores. Por outro lado, existe o campo psicológico e subjetivo de cada estudante, em que é apresentada suas dificuldades individuais no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, uma ideia ligada diretamente à medicalização dos estudantes, centrando os seus problemas educacionais na família (Patto, 1998).

Um importante destaque em suas considerações, é a explicitação sobre as teorias racistas, adotadas nas escolas brasileiras, com a ideia de que os alunos pobres têm mais dificuldades para aprender, portanto basta que aprendam o básico do básico: ler, escrever, contar.

Nesse sentido, observar o fenômeno da má qualidade da educação pública exige um olhar crítico, uma vez que dentro de uma sociedade capitalista, as desigualdades são fruto de um produto histórico. Elas não acontecem por acaso, antes, são produzidas, dentro das relações sociais e de poder. É preciso observar como esse problema se reproduz dentro da escola, dar a devida importância aos fatores intra escolares, e não culpabilizar mais uma vez os estudantes pela sua condição de desigualdade, e seus pretensos fracassos. Patto (2007) traz a reflexão sobre o ato político administrativo na educação, em que “a força da ideologia, em um país marcado pelo colonialismo, pela escravidão pelo modo capitalista de produção e pelas artimanhas culturais que os justificam” e evidenciam esses preconceitos até os dias atuais, e talvez esse seja um dos grandes desafios das pesquisas educacionais, na tentativa de apontar formas de superação desse cenário.

Portanto, quando falamos em qualidade da educação, qual é o parâmetro para essa qualidade? Na perspectiva mercadológica, neoliberal, a escola tem desenvolvido bem seu papel, como reprodutora e mantenedora das desigualdades. Mas, e na perspectiva emancipadora?

É preciso reformar a educação brasileira?

Em seu texto sobre a Crise na Educação: retórica conservadora, Miranda (2016, p. 574) traz pelo menos três argumentos conservadores que justificam uma

reforma na educação: ineficiência de formação para o trabalho, principalmente no âmbito das novas tecnologias, o desperdício dos recursos públicos com a má administração, e concepções curriculares e práticas pedagógicas defasadas.

A autora traz para a explicação Apple (2003), mostrando que essa retórica representa o ideário neoliberal para desqualificação da escola pública, em que a solução trazida por esses conservadores é uma educação voltada para o aperfeiçoamento dos estudantes para o mercado de trabalho.

O novo ciclo da modernização conservadora, no compasso da consolidação do capitalismo global, compromete o projeto de uma educação pública universal, com qualidade e de gestão pública. Contudo, a par de que esse comprometimento possa parecer irremediável, os desenvolvimentos e desdobramentos históricos atualizam as antigas contradições que se recriam em novos patamares e repõem a urgência da defesa desse projeto (Miranda, 2016, p. 577).

Não é esse tipo de reforma que a educação precisa. Por isso, a importância de se observar o movimento histórico, e refletir sobre a possibilidade de uma reforma educacional que olhe para dentro da escola, e percorra o caminho contrário dessas propostas, evidenciando a importância da defesa da democracia, da igualdade, do que é público, e do direito à aprendizagem dos conhecimentos acumulados historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel social da educação é um conflito inconciliável entre lados opostos, de um lado o sistema capitalista, de outro a comunidade escolar, que em geral entende a importância de uma educação emancipadora humanizadora. A gestão pública é atravessada por interesses políticos e econômicos que fazem da escola um aparato ideológico que reproduz a lógica desigual e desumana. E no Brasil, um país que tem suas raízes históricas marcadas pela desigualdade, superar essa perspectiva se torna um desafio ainda maior.

A democracia é vista como prática de consumo, transforma-se de um conceito político, para um conceito econômico (Apple, 2003, p. 46), e a escola nesse contexto, é como uma mercadoria, que cabe a sua clientela poder escolher como vai querer consumir. Por isso, nessa lógica é interessante transferir o gerenciamento para o setor privado, dando a “liberdade” de escolha para cada pessoa optar por aquilo que lhe

convém. O que na verdade, pode se considerar uma falsa ideia de liberdade de escolha, uma vez que mediadas pela lógica mercadológica o que é público passa a não ter valor. Por isso, propostas como os “vouchers” em escolas privadas ganham cada vez mais notoriedade, enquanto isso, assistimos o sucateamento das escolas públicas.

O problema é que em tempos de equidade, as desigualdades escolares multiplicam diversas outras desigualdades na sociedade. Por isso consideramos que reconhecer as desigualdades, pode ser o princípio de uma alternativa para a busca da justiça social.

Acessar a escola não significa que o estudante vai aprender, muitos saem com diplomas que nada valem nessa sociedade, apenas mais um estudante “qualificado” tecnicamente para ocupar um posto de trabalho determinado. Nessa lógica, a escola reproduz as desigualdades, gerando um ciclo onde a escola e a sociedade tendem a continuar desiguais e individualistas.

A partir desse contexto: qual é o plano? Educadores, é preciso unirmos, organizarmos e agirmos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em : 20 de Mar. 2025.

HOBBSAWM, Eric J. A ciência. In: **A era das revoluções: 1789-1848**. 35a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Disponível em: <https://diegoazziufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/09/hobsbawm-eric-j-a-era-das-revoluc3a7c3b5es.pdf> Acesso 18 de Mar. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n.1, p.1-15, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691/34786> Acesso em: 20 jan.. 2024.

MIRANDA, Marília Gouvea de. A crise na educação: a retórica conservadora. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 567-579, jul./dez. 2016

A DESIGUALDADE ESCOLAR EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO. Juliana da Silva Santos MACHADO. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE OUTUBRO - Ed. 67. VOL. 02. Págs. 327-341. <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/700/707> Acesso em : 12 de Mar. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. **Direitos Humanos e Desigualdade Social**. *IDE*, São Paulo, v. 39, n. 63, p. 185-197, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062017000100014 Acesso em : 10 de Mar. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. **Escolas cheias, cadeias vazias**. Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300016> Acesso em: 25 de Fev. 2025.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022. [Livro eletrônico] Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/932/844/3069> Acesso em : 10 de Jan. 2025.

PATTO, M. H. S. **O fracasso escolar como objeto de estudo**: anotações sobre as características de um discurso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.65, p.72-7, maio 1988.

RESENDE, Anita C. Azevedo; MIRANDA, Marília Gouvea de. Igualdade, equidade e educação. In: MIRANDA, Marília Gouvea de (org.). **Educação e desigualdades sociais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

TEDESCO et al. **O Congresso da Mont Pélerin Society de 1947 e a consolidação de uma rede liberal no pós guerra**: aspectos da crítica ao discurso universitário revista história, histórias - issn 2318-1729 abr./jun. 2024 - vol 12, nº 24. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/53055> Acesso em 02 de outubro de 2025.